

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-riograndenses

por
Beatriz Vasconcelos Franzen*

A presença açoriana, no extremo sul da América portuguesa, incluindo a Colônia do Sacramento, faz-se notar antes mesmo da sua vinda oficial, iniciada em 1748, quando foram enviados para Santa Catarina os primeiros casais de número. Em 1722 foram mandados para a Colônia do Sacramento trinta ilhéus que haviam chegado no Rio de Janeiro, sem autorização. Em vez de fazê-los retornar a Portugal, como determinava a lei, o governador resolveu remete-los para a Colônia do Sacramento, que, naquele momento, vivia um período de calma (após o Tratado de Utrech – 1715 - até o início do novo cerco que ocorrerá de 1735 a 1737) e necessitava incrementar seu povoamento. Dois anos depois (1724), sete casais chegados ao Rio nas mesmas condições são, também, enviados para a colônia. Em 1728, segundo os documentos da época, “*uma leva de ilhéus*” chegava à colônia, novamente enviados pelo Governador do Rio, visto que haviam aportado naquela cidade sem autorização para emigrar. A partir de 1737 com a fundação de Rio Grande (instalação do forte de Jesus, Maria e José), muitos açorianos, vindos da Colônia do Sacramento, fugindo dos conflitos permanentes a que aquele estabelecimento português no Rio da Prata estava sujeito, buscavam segurança e tranquilidade no novo povoado. Nos primeiros anos, as dificuldades eram grandes.

* Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (Porto Alegre - Brasil).

Em 1744, o padre Melchor Strasser, S.J., que participava de uma expedição de missionários que se destinava ao Paraguai e ao Chile, teve o seu navio naufragado nas costas do Rio Grande do Sul. Alguns sobreviventes chegaram a praia e após algumas peripécias alcançaram o povoado de Rio Grande. Conta ele que os habitantes relataram suas dificuldades iniciais:

A comarca em que eles vivem atualmente era, ainda a sete anos, uma selva horrível e emaranhada na qual se refugiavam, além de inumeráveis papagaios, muitos tigres ferozes... Em cada casa é fácil encontrar uma ou duas peles de tigres, que colocam em cadeiras e assentos... [...] As casas, [escreve ele] são miseráveis... tanto o palácio do Governador como a nossa capela estão cobertos somente de palha. Os infelizes vizinhos não estão seguros por serem sepultados pela quantidade de areia que o vento muito forte acumula nos arredores (Ornellas, 1947, p. 100).

Porém, o interesse do governo português, com o sucesso do novo núcleo e com o povoamento do território, levou-o ao planejamento de uma colonização com os açorianos que já vinham dando mostras de adaptação ao ambiente. Uma comprovação deste plano é a Provisão Régia de 09 de agosto de 1747 que estabelecia as condições do culto na freguesia que se havia de erigir no Rio Grande do Sul, para os colonos açorianos. Esse interesse no povoamento do Sul do Brasil, por parte da Coroa portuguesa, intensifica-se a partir da assinatura do Tratado de Madrid. É de fundamental importância resguardar as fronteiras que estão sendo criadas, povoando os territórios agora reconhecidos como portugueses.

A chegada dos açorianos, no Rio Grande do Sul, data de dezembro de 1751, quando os primeiros casais de número aportaram em Rio Grande.

Essa presença açoriana no Rio Grande do Sul teve uma influência marcante na formação da sociedade sul-riograndense, tanto no que se relaciona com a constituição étnica da população como com o seu modo de ser e a sua cultura.

A cultura sul-riograndense apresenta inúmeras manifestações que demonstram claramente essa influência. Entretanto, à medida que o tempo passa, essa influência vai aos poucos se diluindo.

A influência açoriana é percebida no folclore (danças, costumes-tradições – terno de reis, na época de Natal), hoje, mais explorado em face do turismo (festivais de música, especialmente nas cidades do litoral norte, que tem origem açoriana, daqueles que fugiram do Sul em face da

invasão castelhana de 1763 ou que migraram de Santa Catarina), na arquitetura das cidades onde sua presença foi marcante (Rio Pardo, Triunfo, Taquari, Santo Antonio), nos costumes, tradições, mitos, na religião (o culto do Espírito Santo). É necessário uma pesquisa mais profunda sobre a vinda dos açorianos e sua influência na formação e consolidação da fronteira sulina bem como na constituição de uma sociedade na qual, apesar da contribuição de outros povos (alemães, italianos,...), sua cultura é percebida até os dias atuais e não podemos permitir que desapareça. Para isso, é preciso novos estudos, novas investigações.

Minhas pesquisas atuais acham-se voltadas para o estudo comparativo entre a historiografia do século XX sobre a colonização açoriana do Rio Grande do Sul e as crônicas e documentos do século XVIII e inícios do século XIX a respeito da presença açoriana no Rio Grande do Sul com a finalidade de levantar a identidade do açoriano que aqui se estabeleceu e as transformações ocorridas nessa identidade face à influência do meio ambiente.

Os historiadores sul-riograndenses (séc. XX) que trabalharam sobre os açorianos traçaram um retrato ideal sobre este colono. Alfredo Varela (1897-1915)¹, Alcides Cruz (1906), Jorge Salis Goulart (1927-1933), João Borges Fortes (1931-1941), Alcides Lima (1935), Walter Spalding (1953), Rubens de Barcelos (1955), Dante de Laytano (1956-1978), Othello Rosa (1957), Moysés Vellinho (1957-1975), Guilhermino Cesar (1964-1970), Ruben Neis (1975), Fidelis Dalcin Barbosa (1985), todos são unânimes em descrevê-los como exemplos de moralidade, respeito religioso, honra, bravura, patriotismo, “*trabalhador, generoso, alegre, expansivo, vigoroso, sóbrio, caritativo*” (Neis), “*morigerados, soldados destemidos*” (Rosa), o que é comprovado no ofício de D. José Luís de Castro, 2º Conde de Resende, Vice-Rei do Brasil, de 1789-1799, que solicitava a vinda de ilhéus para o Sul do Brasil porque: “... *eram bons soldados e excelentes agricultores*”². Porém, Ruben Neiss caracteriza o açoriano como “*inimigos da vida militar*” e para Alcides Lima, o açoriano “*odeia a vida militar, mas no campo de batalha é fiel à disciplina e dá provas de valor*”. Outros destacam o fato de virem na condição de casais, o que deu a esta

¹ As datas indicadas correspondem à publicação de obras sobre os açorianos ou que abordam a temática e que se acham indicadas na bibliografia do texto.

² Ofícios dos Vice-Reis do Brasil. Índice da Correspondência dirigida à corte de Portugal de 1763 a 1808. Cit. Por Serrão, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo, 1982. V. VI, p. 389.

colonização um caráter especial “*uma originalidade que não se dirá étnica, mas, quem sabe, propriamente moral*” (Laytano). “... *Lar organizado, a família pronta, a constituição de bases decentes, sólidas...*” (Laytano)

Para Otelo Rosa, o açoriano teria até mesmo se excluindo do processo de miscigenação que caracterizou o português em outras áreas do Brasil: “*Trazendo consigo a força de uma tradição doméstica, familiar, o açoriano se exclui dos processos de miscigenação, ocorrentes em outras paragens do Brasil...*” (Rosa, 1957, p. 15). Para Borges Fortes “*devemos a essa corrente de imigração o isentar a família rio-grandense do cruzamento com elementos inferiores do indígena e do negro, permitindo assim a criação de uma raça sadia, física e moralmente*” (Borges Fortes, 1941, p. 6). Ambos expressam pensamentos típicos de sua época.

Entretanto, essa preocupação em assim caracterizá-los tinha como objetivo não propriamente o açoriano, mas o gaúcho (habitante do Rio Grande do Sul) e sua identificação como herdeiro de um povo cujas qualidades teriam sido transmitidas aos sul-riograndenses. Durante muito tempo, o gaúcho - o homem do campo, habituado às lides da criação de gado, primeira grande riqueza do Rio Grande do Sul -, considerado como o tipo humano característico do Rio Grande do Sul, a ponto de seu gentílico ter se estendido a todo os habitantes do estado, foi visto como um ladrão de gado, um ser errante, que não tinha família, nem se deixava prender por qualquer tipo de laço. Discutia-se sua origem étnica, mistura de índio com espanhol, defendiam alguns, para outros o sangue português corria em suas veias. A historiografia sul-riograndense dividia-se face a estas duas correntes. A partir da década de 30 (1930), a questão tornou-se importante. O Rio Grande do Sul passava a ocupar um lugar de destaque na vida política da nação, Getúlio Vargas, um típico gaúcho da fronteira, assumia a presidência do Brasil. Além disso, em 1935, comemorava-se o Centenário da Revolução Farroupilha e as acusações de separatismo por parte dos gaúchos voltavam a se fazer ouvir. O gaúcho necessitava não só demonstrar sua condição de cidadão capaz de contribuir para a grandeza da pátria, mas, principalmente, sua condição de brasileiro.

Assim, na verdade, na medida em que exaltavam o açoriano, os autores buscavam construir uma identidade do gaúcho, brasileiro, entendido como descendente do luso-açoriano, pois fora esse o povo que dera início à colonização do Rio Grande. Defendia-se, portanto, a raiz portuguesa do Rio Grande do Sul. Brasileiro por opção, o gaúcho traria em suas veias o sangue de um povo, o açoriano, que sem as pretensões de nobreza, era, entretanto, digno, honrado, e merecedor das maiores glórias.

Todos os elementos que correspondiam aos valores cívicos e morais da época podiam ser encontrados naqueles que haviam colonizado o Rio Grande.

Borges Fortes comenta:

“Deixaram-nos o admirável exemplo de fidelidade invariável ao dever, sempre bons, sempre resignados, sempre serenamente trabalhando para a família, para a coletividade, pela Pátria. Honrados, simples e áusteros os homens, santas e virtuosas as mulheres” (1932).

Neis deixa claro: *“o açoriano contribuirá para a formação do caráter do gaúcho, a um tempo altivo e belicoso, generoso e hospitaleiro”* (Neis, 1975).

Othelo Rosa escreve: *“Os açorianos, em um verdadeiro milagre de adaptação ao meio, far-se-ão dentro de pouco tempo nas nossas savanas, os cavaleiros e soldados destemerosos e galhardos, que iriam fazer um título de honra e orgulho, da vaga e depreciativa expressão ‘gaúcho’”* (Rosa, apud Lazarotto, 1978, p. 57).

Mas, nem sempre essa elogiosa manifestação a respeito dos açorianos corresponde à descrição feita, sobre eles, por cronistas e viajantes do século XVIII e inícios do XIX. É necessário considerar que as crônicas e relatos de viagem são fundamentais para o conhecimento da realidade vivida, pois como escreve Certeau, elas *“... são o efeito de um saber que ‘pisa’ e percorre ‘ocularmente’ a terra para construir nela a representação”* (Certeau, 1982, p. 222).

Entre os cronistas do século XVIII destaca-se Francisco Ferreira de Souza, cirurgião-mor do 1º Regimento do Rio de Janeiro, que esteve servindo no Rio Grande do Sul no período em que a invasão castelhana exigiu a presença de reforços para o exército luso que resistia aos invasores. Sua crônica “Descrição à Viagem do Rio Grande” data de 1777 e específica, de modo especial, os costumes dos primeiros colonizadores da região.

Como a maior parte dos habitantes deste continente são insulanos ou ilhéus, os termos, os costumes, os vestuários são grosseiros, e pela mesma ordem de grossaria criam seus filhos.

[...]o vestuário com que as mulheres vão ao templo são mantéu³ e saia. Os homens, o seu uso comum é andarem em véstia⁴, poucos

³ Mantéu = capa com colarinho, usado geralmente pelos frades ou saia lisa, sem pregas. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1993. p. 1083)

⁴ Véstia = casaco curto, folgado na cintura (Portugal) ou casaco de couro usado pelos vaqueiros (Brasil). (Idem, p. 1771)

de capote, e os mais usam de um pano aberto pelo meio, a que chamam poncho, pela qual abertura metem a cabeça, e tãobem lhes serve de cobertor na cama ou xale.

As mulheres são muito grosseiras (como tãobem os homens), trazem as camisas mui sujas, e de ordinário de estopa posto que poucas de linho grosso; os corpos são mui mal feitos, só sabem falar de éguas, potrancas, cavalos, laço, bois, e bolas.

As saias são de baeta⁵, e por sapatos [calçam] tamancos, por cuja razão têm os pés disformes e grandes, os dedos mal compostos, suposto que os das mãos são tãobém grosseiros, e as unhas muito sujas.

Os meninos logo de tenra idade aprendem a laçar cachorros, quando maiores terneiros, e quando homens potros, potrancas, éguas, cavalos, quer domésticos quer xucros.

A ler e escrever se não empregam, pois todo o destino é laçar, é arrear e bolear (In: Cesar, 1981, p. 155-157).

Observa-se que o cronista já descreve novos hábitos e comportamentos resultados, sem dúvida, da influência que o meio exercia sobre essa população. Esta descrição é reforçada pelo historiador gaúcho Alcides Cruz, que, em 1906, partindo de outras fontes, escreve:

Uma gente nova, na sua maioria de immaculada alvura, rosada, de cabelo ruivo, olhos azues, typo diverso do portuguez da peninsula [...] As mulheres traziam sempre os seus capotes de panno semelhantes aos dos homens, e quando edosas usavam invariavelmente a mantilha preta, espécie de completo e amplo envoltório desde a cabeça aos pés, com um leve véo de renda a encobrir o rosto [...] (Cruz, 1906, p. 37)

Porém, para Cruz

Os homens entregavam-se ao labutar pesado da lavoura e das artes mechanicas; as mulheres, severas nos costumes e no trato, bellas, porém recatadas e trabalhadoras não desbraravam o tempo nem o producto de suas occupações predilectas – a cortidura de couros e a fiação de tecidos, que alternavam com a assistência dos

⁵ Baeta = tecido felpudo de lã (Idem, p. 218).

arranjos domésticos. E mal apuravam algum dinheiro equivalente ao valor de um escravo, adquiriam logo este braço humilde que passava a ser utilizado duramente, sob uma vigilância, enérgica e expoliadora, no serviço da lavoura do trigo, origem das primeiras fortunas que habilitaram os nossos passados a poderem depois comprar e medir muitas das sesmarias actuaes. (Cruz, 1906, p. 38)

A passividade e a morigeração que transparece nos trabalhos dos historiadores é, até certo ponto, desmentida pelas crônicas. Pois, atraídos para as terras do Sul do Brasil pelas notícias de que ali teriam condições de vida melhor - complementadas pelas promessas do governo português de conceder-lhes terras, instrumentos de trabalho e apoio para os primeiros anos -, os açorianos, entretanto, viam-se completamente abandonados. Em fevereiro de 1764, o Vice Rei Conde da Cunha recomendava a constituição de povoados, para abrigar os casais que tinham ido buscar abrigo em Santa Catarina face a invasão de Rio Grande pelos espanhóis, também ordenava “*o fornecimento dos bens prometidos no Edital de 1747, mais a necessária ajuda para cobrir ‘a desnudez que estes miseráveis experimentam’*” (In: Espírito Santo, 2002, p. 187). Entretanto, a situação crítica gerada pela guerra impediu o cumprimento de suas ordens.

As dificuldades encontradas no Rio Grande do Sul e a falta de atendimento às promessas, que o governo português fizera por ocasião da vinda, permitiram que os colonos açorianos em várias ocasiões se revoltassem. O documento transcrito por Borges Fortes, em sua obra “Os casais açorianos” (1978, p. 106-107), é uma demonstração disso:

E quanto ao que diz respeito aos Ilhéus que se acham dispersos naquele mesmo Continente e que nesta forma não são de proveito algum àqueles estabelecimentos, ordena S.M. para evitar estes danos que V.Exa. siga o meio que vou participar-lhe:

Que para evitar aquele pernicioso dano não há outro meio que seguir mais do que o de V.Exa. nomear dois ou três homens que não importa que sejam militares, basta que sejam paisanos, contanto que sejam homens honrados e zelosos, que vão às choças em que se acham aqueles brutos homens das Ilhas e lhes façam conhecer os perigos em que se acham, assim temporais como espirituais, não se distinguindo das feras; sem conhecimento da Religião nem do trato civil dos homens e que como católicos e como bons vassallos de S.M. se devem congregarem em uma povoação na qual vivam como tais e como gente

civil, com pároco para tratar das suas almas e meios com que possam granjear cabedais: o que não poderão conseguir vivendo no lastimoso estado em que se acham sujeitos a tantas misérias.

E que para conseguir a sua junção tem os dois meios de ou irem unir-se à povoação dos índios, na qual se distribuirão a uns e outros as terras igualmente, ou escolherem o terreno que a eles lhes parecer mais agradável para a nova povoação que devem mandar fazer; e que de uma e outra sorte lhe mandará S.M. dar ferramentas e gados a mesma maneira que se costuma praticar com os demais povoadores cujas promessas se lhes devem observar pontualissimamente.

Essa é a transcrição de um trecho da carta de Francisco Xavier Furtado, então Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, dirigida ao Conde da Cunha, Vice-Rei do Brasil⁶, em 18 de março de 1767, e deixa clara a situação em que viviam os açorianos chegados ao Rio Grande. Deduz-se, também, que as promessas feitas por ocasião da vinda dos colonos não haviam sido cumpridas. Viviam abandonados, numa região inóspita, em condições de absoluta miséria. Borges Fortes comenta essa carta, escrevendo que:

Proferindo conceitos tão deprimentes para os ilhéus rebelados, o Ministro não olhou outro aspecto dos acontecimentos, isto é, o julgamento que faziam os casais de um monarca e de um governo que esquecia tanto tempo as suas promessas aos seus fiéis vassalos. As façanhas depredadoras dos açorianos foram mais uma triste consequência da desordem que a derrota acarretara [invasão castelhana de 1763 no Rio Grande do Sul] e a culpa dos atos de violência que eles tenham praticado é menos deles, incultos, ignorantes, atrasados, do que dos governos que criaram com a sua inépcia e desonestidade a mísera situação para a qual eles foram atirados (Fortes, 1978, p. 107).

As colocações feitas por Borges Fortes mereceram os comentários de Moysés Vellinho que escreve:

⁶ 1º Vice-Rei do Brasil, com residência no Rio de Janeiro.

1763 – transferência da capital de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro.

A tradição pinta os açorianos como gente simples cheia de resignação e humildade. O retrato é verdadeiro apenas em parte. Borges Fortes, que estudou, detidamente, a história dos ‘casais’, dá notícia de atos de violência e depredações que eles chegaram a cometer em represália ao triste abandono a que foram relegados... (Vellinho, 1964, p. 199)

Mas quais são as façanhas depredadoras, quais são os atos de violência a que se refere Borges Fortes? Parece-nos que a resposta a essa pergunta pode ser respondida à medida que analisamos um documento que, durante muito tempo, ficou perdido nos arquivos. Este documento é um manuscrito que tem por título “Devassa sobre a entrega da Villa de Rio Grande às tropas castelhanas, em 1764”⁷. Dele podemos extrair elementos que comprovam a presença açoriana na vila de Rio Grande e sua atitude frente à invasão castelhana que se processava naquele momento.

O caos ocasionado pelo ataque castelhano trouxe situações graves que seriam, posteriormente, relatadas pelas pessoas chamadas a testemunhar pelas autoridades a respeito do ocorrido. São esses testemunhos que formam o corpo do manuscrito. A partir dos fatos narrados pelas testemunhas e apresentados na “Devassa...” podemos, então, analisar a participação e a maneira de proceder dos açorianos face aos acontecimentos.

Desses testemunhos, vamos destacar três:

p. 75-77: **Antonio José de Moura fiel dos Armaznes Reaes*** [...] *sendo chamado pelo provedor para que com elle fosse acudir ao Armazém das farinhas [...] já o achara aberto e dentro hum grande tumulto de gente a mayor parte della cazaes das Ilhas emsacando a dita farinha e querendo o dito Provedor com boas palavras botalos para fora o não pode conseguir e hum delles a que não sabe o nome mas o conhecera de vista se se encontrar com elle pegando em hum saco em que havia algum resto de cal o sacudira em sima do dito Provedor [...] e depois destes he publico que entrarão muitos outros Soldados como também cazaes das Ilhas e que todos tiraram o que acharam, de sorte que havendo nos ditos Armazéns dezeseite caixões de*

⁷ Este documento existente no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, foi transcrito e publicado com o mesmo título pela Biblioteca Rio-Grandense, da cidade de Rio Grande, em 1937.

armas e grande quantidade de areyos brins lonas e baetas os deixaram limpos da mayor parte dos ditos gêneros [...] e que ouvira dizer também publicamente que dos ditos cazaes cituados no ricam de Torotama dois delles de mayor nome entre os ditos hum chamado Francisco Pires de Souza e outr Francisco Peyxoto logo que tiveram noticia da chegada dos inimigos dias antes de entrarem o passo de Castilhos tinham arvorado bandeyra branca nas suaz cazas apelidando o Rey Carlos [...]
 * Testemunha

p. 147-148: **Bernardo José Pereyra Alferes das Ordenanças do Ryo Grande** morador em sua estância do Ryo Sino [...] *lhe dicera o Padre Francisco de Lima Pinto que na Fazenda do Thezoueyro se achavam alguns Ilheos que têm muita fazenda furtada especialmente alguns pratos de prata do Tenente Coronel Domingos Fernandez de Oliveira e rezolvendose elle testemunha por ser amigo do dito tenente Coronel a examinar o que havia naquella materia fora com mais quatro pessoas a Fazenda do dito Thezoueyro e fazendo toda a diligencia pocivel achara em huma caixa de hum dos ditos Ilheos dois vestidos do dito Coronel hum de brilhante e outro de pano azul e huma colxa de damasco encarnada huma opa rocha da Irmandade dos Passos e huma túnica de Abito de trezeyro e alguns pratos de estanho novos e alem disto em hum balayo sobre que estava asentada a mulher do dito Ilheo achou os três mantos de Nossa Senhora de que faz menção a testemunha referente e huma cortina do nicho da mesma senhora [...] e querendo trazer o dito Ilheo prezo se levantaram outros muitos que ali se achavão já com animo de passarem para os inimigos como logo passaram e elle testemunha por se achar com tão pouca gente e recear alguma dezordem o deixou ficar e não sabe como o dito Ilheo se chama nem alguns dos outros que ali se achavão ...*

p. 152: **Manoel de Souza Turino lavrador** morador que foy do Ryo Grande e de presente da Barranca do Norte [...] *sabe pello ver que para a dita banda do Norte só passaram trez ou quatro peças de artilharia ou as que na verdade fossem as quaes ficaram junto de agoa sem se cavalgarem e ouviu dizer também se passaram dois*

barris de pólvora hum dos quaes mandandosse buscar por hum Ilhéo para se repartir elle o metera em huma lanxa e com elle se fora para os inimigos e que elle testemunha vio e que sabe que o dito Ilhéo se chama Antonio porem lhe não sabe o sobrenome ...

Portanto, além dos atos de vandalismo e de roubo, típicos de um momento como aquele em que a população fugia da invasão inimiga, fatos mais importantes podem ser constatados, tais como a deserção de tropas, a entrega de armas e munições para os castelhanos e a aclamação do rei inimigo. É possível aceitar tal comportamento visto que, além de estarem, praticamente, abandonados pelas autoridades portuguesas, os homens da época ainda não tinham a plena consciência de pátria e a própria relação de subordinação a seu soberano implicava no reconhecimento de seu domínio sobre o território. Na medida em que a derrota se afigurava, era válido passar a aclamar o novo soberano. Portanto, distantes de suas ilhas, perdidos no meio das areias do litoral sul do Brasil, vendo as poucas tropas portuguesas na área recuarem frente ao inimigo, no momento, mais poderoso, os pobres colonos “*arvoraram bandeira branca nas suas casas apelidando o Rei Carlos...*”

Este comportamento seria considerado, pelas autoridades portuguesas como uma traição e teria como consequência “*fazer mudar do Povo de Torotama para a Freg^a do Arroio todos os moradores, e queimar dito povo de Palha, pois que são Ilhéos rebelados que já quiserão ficar com os castelhanos na invasão passada*” (Monteiro, In: Anais..., 4^o v., 1979, p. 380)⁸.

Entretanto, como ficou demonstrado na carta de Francisco Xavier Furtado, em 1767, a Coroa havia ordenado novas medidas. O reconhecimento da realidade levou as autoridades a tomar medidas que atendessem às necessidades dos colonos e ao cumprimento das promessas feitas. Em novembro de 1767, o Vice Rei Conde da Cunha é substituído pelo Conde de Azambuja⁹. Em 1770/71, são feitas medições de terra com o objetivo de

⁸ Parecer de José Marcelino de Figueiredo sobre a defesa do Rio Grande em 1777. Enviado ao Gal. Böhm em 17.04.1777.

Durante a invasão, as famílias portuguesas que permaneceram em Rio Grande, por motivo de segurança para os espanhóis, foram alojados em Torotama, “*formando o Povo Novo, nas terras pertencentes a Manuel Fernandes Vieira que se retirara na invasão*” (Queiróz, 1987: 118).

⁹ Em 1769, o Conde de Azambuja é substituído pelo Marquês do Lavradio e José Marcelino de Figueiredo assume como governador do Rio Grande do Sul.

assentamento de casais e índios, como fora sugerido. E, em 1773, uma Portaria do Vice Rei ordenava o imediato assentamento de 60 casais na Fazenda Estância da Serra, localizada no Rincão do Carro, que havia sido seqüestrada pelo Governo a Manoel Pereira Franco, já falecido, e que fora almoxarife na Colônia do Sacramento. Após 1777 (Tratado de Santo Ildefonso), foram distribuídas sesmarias ao sul do Rio Jacuí. Formaram-se, então, grandes estâncias (Pinto, 2002, p. 310). Com a conquista das Missões, em 1801, inicia-se o deslocamento de descendentes dos primeiros açorianos em direção àquelas terras, possibilitando o avanço das fronteiras sulinas. Houve, também, uma preocupação maior com o atendimento espiritual dessas populações. Padres açorianos foram enviados para o Rio Grande de São Pedro a fim de atender às novas freguesias que vão sendo criadas.

Arlindo Rupert, em sua “História da Igreja do Rio Grande do Sul”, informa:

Em 15 de dezembro de 1762 foi erigida a freguesia de Santo Angelo do Rio Pardo que, em 1769, teve seu orago mudado para N^a Sr^a do Rosário. Seu primeiro vigário foi o P^e. Mateus Pereira da Silva, natural de Angra, nos Açores, e que por dois anos fora vigário de Laguna. Era filho dos açorianos Amaro Pereira e Catarina da Conceição. Em 1767 foi transferido para a Paróquia de São José de Taquari, em virtude da idade e da doença. Foi substituído pelo P^e. Manuel da Costa Mata, provavelmente açoriano, que fora o primeiro pároco de Taquari. Açorianos eram, também, o 1^o pároco colado da Aldeia dos Anjos, P^e. Mateus da Silveira e Sousa, natural da Ilha de S. Jorge e o pároco de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira, no período de 1783-1787, P^e. Antonio Pereira Sarmiento, nascido na Ilha do Pico (Rupert, 1992, p. 80-81 e 102-105).

A formação de povoações com Guarani e casais, medida que, também, objetivava a integração das duas populações que deveriam conviver, teria conseqüências significativas, justificando a mudança do modo de ser dos açorianos, como se comprova na descrição feita por Francisco Ferreira de Sousa, em 1777. Especialmente, as novas gerações na convivência com o indígena e, muitas vezes, resultado de casamentos interétnicos, estimulados pelas autoridades, apresentavam mudanças marcantes nos seus comportamentos e atividades. É necessário recordar, que após a Guerra Guaranítica e com a instalação de novos aldeamentos indígenas (deslocamento dos índios da região dos Sete Povos), as autoridades, com o intuito de favorecer a integração, criaram um dote para as índias que viessem a casar com portugueses. Além disso, o Decreto Real de 4 de abril de 1755 recomendava o casamento de portugueses com índias, não ficando tais vassallos “*com infâmia alguma,*

se farão dignos da minha real atenção e serão preferidos nas terras”. Alcides Cruz comenta “às índias que casavam com homens brancos, a metrópole mandava dar um dote de 30\$ em gado, terras e utensílios” (1906, p. 38). Tudo isso contraria a colocação feita por Othelo Rosa e por Borges Fortes a respeito da exclusão dos açorianos do processo de miscigenação.

O açoriano quando chega ao Rio Grande do Sul é, em geral, um agricultor, muitos documentos assim o caracterizam. Em 1780, o Governador do Rio Grande, Veiga Cabral, em correspondência à Corte descreve os açorianos instalados nas margens do Guaíba “*como uma pequena povoação de casais das ilhas, cujos mil e quinhentos habitantes todos agricultores laboriosos, haviam semeado naquele ano cêrca de quatrocentos e sessenta e três alqueires de trigo.*” (Vianna, 1947, p. 10)

Se a condição de agricultores, no que respeita a aqueles colonos chegados dos Açores, não deixa dúvida, o mesmo não acontece com seus descendentes (filhos, netos) que são influenciados pelo meio ambiente e pelo contato com as populações já existentes na região, indígenas ou não, que se dedicavam à prea do gado das antigas estâncias missioneiras ou à sua criação. Em 1781, o mesmo Veiga Cabral alerta para o fato de que “*da região do Rio Grande partem numerosos grupos de moradores em busca daquelas chapadas – campos menos férteis da serra, da chapada da Vacaria – cujos campos disputam, comprando-os por preços elevadíssimos ‘custasse o que custasse’*” (Vianna, 1947, p. 12). Nestes campos, a grande atração era o gado. “*Nos livros de ‘Registro Geral, [...] constata-se, que de 1780 a 1800, mais de cem açorianos se localizaram em grandes estâncias até a fronteira, isto é nos atuais municípios de Rio Pardo, Cachoeira, São Sepé, São Gabriel, Caçapava, Encruzilhada, São Jerônimo, Camaquã, Tapes, Piratini e Bagé, nas novas terras que passaram ao domínio português...*”¹⁰ (In: Pinto, 2002, p. 311). O gado, muitas vezes, era conseguido através de “arreadas” (roubo de gado) em incursões às áreas de domínio espanhol, com conhecimento das autoridades portuguesas, ou por contrabando (Idem, p. 314).

A troca do trabalho na lavoura, característica de seus pais, pelo trabalho no campo, no lombo do cavalo, laçando gado, exemplifica a transformação ocorrida. Mais tarde, Auguste Saint-Hilaire¹¹ faz menção quan-

¹⁰ Carta do Gen. José de Araújo Fabrício, em 12.09.1961, em resposta à consulta feita por Moysés Vellinho e citada pelo mesmo em 1970.

¹¹ Viajante francês que percorreu o Rio Grande do Sul em 1820 e 1821. Chegou ao Brasil em 1816 e regressou para a Europa em 1822, depois de ter visitado, além do Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

do comenta: “*Os desta Capitania (Rio Grande do Sul) vivem continuamente a cavalo, fazendo exercícios violentos e respirando o ar mais puro e sadio da terra*” (Saint-Hilaire, 1974, p. 40).

Além da vivência em um ambiente onde as atividades ligadas ao gado foram importantes para as transformações ocorridas, outros fatores foram significativos para que o açoriano deixasse de priorizar a agricultura. Estamos nos referindo aos altos impostos, às doenças (ferrugem) que afetavam o trigo, destruindo as lavouras, e, no início do século XIX, à valorização da carne seca, do couro e do sebo. “*De outro lado, ser dono da estância era o caminho que, no consenso da época, conduzia aos padrões sociais de maior consideração e prestígio...*” (Lazzarotto, 1986, p. 39).

Novas pesquisas têm permitido observar que, ao lado da maioria de agricultores, vieram para o Rio Grande do Sul, artesãos e negociantes: sapateiros (Ilha do Faial), carpinteiros (Ilha do Faial – Ilha São Jorge), alfaiates (Ilha Graciosa), bem como alguns que se dedicavam a outras atividades: embarcações, cirurgião (Ilha São Jorge), ourives (Ilha do Faial), Licenciado (Ilha São Jorge).

Nossas pesquisas, ultimamente, têm sido favorecidas pelos trabalhos desenvolvidos pelos historiadores açoritais que, hoje, aprofundam os estudos a respeito da vinda dos açorianos para o sul do Brasil no século XVIII.

As causas de sua vinda, geralmente, apontadas pela historiografia tradicional têm sido reavaliadas. As catástrofes que abalavam os Açores, quer climáticas, quer sísmicas, e o excesso populacional são hoje reanalisadas. Alguns autores entendem que os fatores que impulsionaram a Coroa Portuguesa no sentido de incentivar a vinda dos açorianos estariam mais ligados à necessidade de fortalecer as fronteiras no extremo sul da América portuguesa e às conseqüências do Tratado de Madri (1750), especialmente, no que se relaciona com o fortalecimento do direito de “*Utis possidetis*”.

A invasão castelhana, no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) - (1763-1777) teve, também, grande importância na vinda de açorianos para o Rio Grande do Sul. Referimo-nos não mais aos casais, mas à vinda de soldados para a defesa do território. Estes militares enviados por Portugal foram, em número significativo, oriundos das ilhas, especialmente, dos Açores. Já, em 1718, o Governador da colônia do Sacramento, Manuel Gomes Barbosa, solicitava soldados recrutados em Portugal e nas ilhas. Isso porque os brasileiros não eram considerados bons soldados “*a experiência mostra não serem os filhos daquele país mui pró-*

prios para a guerra". A citação de 1722 é do governador Antonio Pedro Vasconcelos que governou a Colônia do Sacramento de 1722 a 1749 (In: Possamai, 2001, p. 129). No período de 1766 a 1798 foram recrutados no arquipélago um total de 3.815 homens enviados para o Brasil. São Miguel, Flores e Terceira foram as ilhas que cederam o maior número de recrutas. Nos primeiros anos, o recrutamento era voluntário e o atendimento ao chamamento das armas era grande. Entretanto, isso não representava um maior desejo por parte desses voluntários de defender as terras portuguesas, pois segundo o Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, em carta de 9 de setembro de 1767, a razão de tal interesse era a atração que as riquezas das Minas Gerais exerciam: "*Não obstante o Serem os Ilheos os Soldados que mais prezistem (sic) no Serviço, tãobem estes, assim como os desse Reino, dezertão prezentemente todos os dias para as Minas, aonde pela vastidão de Povos, e de detritos, não he possível acha llos para os Castigar, e trazer aos Seus Corpos*" (In: Rodrigues e Madeira, 1999, p. 116). O objetivo de apresentar-se ao recrutamento era assegurar o transporte gratuito até o Brasil. Mesmo assim, um contingente bastante numeroso foi enviado para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento. Muitos permaneciam no Rio de Janeiro para reforçar os regimentos ali instalados e defender a cidade, já nesta época, capital da colônia, e resguardar o acesso à região das Minas. Mesmo assim, em setembro de 1766, foram enviados para Santa Catarina 276 novos recrutas, 180 para o Rio Grande e 429 para a Colônia do Sacramento (total 885, destes 200 recrutas de S.Miguel). No ano de 1775 foram enviados 1000 para o Brasil, oriundos de várias ilhas dos Açores. Em abril de 1776, 320 recrutas, e em outubro de 1776, 120 recrutas (62% S. Miguel). Os constantes recrutamentos e as crises da produção de ouro nas Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII, tiveram como consequência uma diminuição do voluntariado (Rodrigues e Madeira, 1999, p. 124-125). As autoridades açorianas viram-se então obrigadas a exercer a força: "*se elles não chegarem aos seiscentos Homens, que são precizos, depois de expirado o referido Termo, mandará V. Senhoria proceder a Prizoens athé preencher o Numero assima indicado*"¹². Dos 120 recrutas enviados em outubro de 1776: "*desses somente um era voluntário*" (Idem, p. 122). Na medida em que os voluntários diminuían lançava-se mão de vadios, la-

¹² Ofício de 25 de maio de 1774, Martinho de Melo e Castro, secretario de estado, ao capitão general dos Açores, D. Antão de Almada, conf. AHV, Açores, caixa 10 doc. 4 (In: Rodrigues e Madeira, 1999, p. 117).

drões, indivíduos que causassem distúrbios nas ilhas, “*prezos por crimes leves*”, ociosos...

Estes dados apresentados por Rodrigues e Madeira são de grande valia, pois no Rio Grande do Sul pouco ou nada se fala desses indivíduos. Porém, muitos deles deverão ter se integrado na nova sociedade que surgia. Era esta, inclusive, a intenção do governo metropolitano para que eles, também, viessem a contribuir com o povoamento da região, unindo-se à população local. Os voluntários deveriam servir à tropa durante oito anos e depois estavam livres para desligar-se do serviço militar. Nesta altura, a maioria já estaria casado com filhos. Regressar aos Açores, dificilmente ocorreria. Os recrutados compulsoriamente permaneceriam presos ao quartel por tempo indefinido até que a Coroa os libertasse das obrigações militares.

As pesquisas que temos desenvolvido permitiram que encontrássemos algumas referências a eles: Maria Luiza Bertulini Queiróz faz referência a um regimento dos Açores que fazia parte do Exército do Sul que lutou contra os castelhanos, expulsando-os do Rio Grande. Isso explicaria a significativa participação de cônjuges masculinos açorianos e alguns madeirenses nos casamentos com mulheres do “continente” (Queirós, 1987, p. 135).

Um regimento que reunia recrutas da Ilha da Madeira e dos Açores saiu da cidade de Angra para o Brasil em outubro de 1774. Esse regimento encontra-se citado na carta do Marquês de Pombal dirigida ao Marquês do Lavradio, Vice Rei do Brasil, em 9 de julho de 1774:

... manda agora o dito senhor (o Rei) transportar o regimento de infantaria paga que se acha na Ilha Terceira e os dois regimentos igualmente pagos na guarnição da Baía a essa cidade do Rio de Janeiro: para que, sem diminuir o número de regimentos da atual guarnição dela, haja V.Exa. de fazer passar imediatamente para o referido exército do Rio Grande de S. Pedro... (Carnaxide, 1940, p. 263)

Não há dúvida que esses indivíduos contribuíram para o nosso povoamento. Surgem, então, perguntas. 1) Mas quem eram eles? 2) Quantos os que efetivamente vieram para o Rio Grande do Sul? 3) Qual o destino tomado? 4) Por que a historiografia gaúcha praticamente não os menciona? 5) Quando Othelo Rosa afirma que os açorianos eram “*soldados destemidos*” está se referindo a eles? É necessário não esquecer que o Conde de Resende, Vice-Rei do Brasil, de 1789 a 1799, solicitava a vin-

da de ilhéus para o Sul do Brasil porque “...*eram bons soldados e excelentes agricultores*” (nota 2).

Entendemos que devemos intensificar as pesquisas sobre essa questão a fim de podermos avaliar o papel que esses soldados açorianos tiveram na formação do Rio Grande do Sul.

Esta é uma pequena mostra da pesquisa que estamos desenvolvendo. Tencionamos continuar nosso trabalho, buscando identificar de forma mais clara esses homens e mulheres que atravessando o oceano vieram, nesta nova terra, vivenciar grandes dificuldades, mas que com o espírito de luta, forjado em suas ilhas, foram capazes de vencer todas as agruras e ajudar a construir o Rio Grande.

BIBLIOGRAFIA:

- ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 10 v.
- AVÉ-LALLEMENT, Robert. **Viagem pelo Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.
- BARBOSA, Fidelis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- BARCELOS, Rubens. **Estudos rio-grandenses**. Porto Alegre: Globo, 1955.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1993.
- _____. (org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.
- CARNAXIDE, Visconde. **O Brasil na administração pombalina**. São Paulo: Edit. Nacional, 1940 (Brasiliana, v. 192).
- CERTEAU, Michel de. Etno-grafia. A oralidade ou o espaço do outro: Léry. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CESAR, Guilhermino. Raízes históricas do Rio Grande do Sul. In: **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964.
- _____. **História do Rio Grande do Sul; período colonial**. 2.ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1981.
- _____. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)**. 2.ed. Porto Alegre: Edit. UFRGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981.
- COSTA, Rubens Mena Barreto. Alimentação e liberdade. In: **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964.

- CRUZ, Alcides. **Vida de Raphael Pinto Bandeira**. Porto Alegre: Typographia da Livraria Americana, 1906.
- DEVASSA sobre a entrega da Villa do Rio Grande às tropas castelhanas, 1764. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.
- DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande**. Rio Grande: Edit. da Biblioteca Rio-Grandense, 1927; Porto Alegre: Inst. Estadual do Livro, 1961.
- ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Os casais de número e as formalidades da Real Mercê. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 178-188.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **História do Rio Grande do Sul – 1503-1957**. Porto Alegre, 1958.
- FORTES, Gen. João Borges. **Troncos seculares. O povoamento do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1931.
- _____. **Casaes**. Rio de Janeiro: Ed. do Centenário Farroupilha, 1932.
- _____. **Rio Grande de São Pedro (povoamento e conquista)**. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1941.
- _____. **Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Martins Livreiro/Editor, 1978.
- GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul. Geografia Social, Geografia da História, Psicologia Social e Sociologia**. 2. ed. aum. Porto Alegre: Globo, 1933. (1. ed. 1927)
- _____. **História da minha terra**. Pelotas: Globo, 1928.
- LAYTANO, Dante de. Os açorianos. In: **Enciclopédia Rio-Grandense**. O Rio Grande Antigo. Canoas: Regional, 1956. 1º v. p. 41-73.
- _____. **Arquipélago dos Açores**. Porto Alegre: EST, 1978.
- LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 5.ed.atualizada. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- LIMA, Alcides. **História popular do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1935.
- LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. In: RIEDEL, Diaulas (org.). **O Pampa e os Cavaleiros**. São Paulo: Cultrix.
- _____. **Aspectos sul-riograndenses no 1º quartel do século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 1935.
- MAIA, João. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1910.
- MENEZES, Avelino de Freitas. **Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995. 2 v.
- MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. Dominação espanhola no Rio Grande do Sul – 1763-1777. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTE-

- NÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). **Anais...** Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979. 4 v.
- MORAES, Carlos Dante. **Figuras e ciclos da História Rio-Grandense**. Porto Alegre: Globo, 1959.
- NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão**. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.
- ORNELLAS, Manoelito. Missionários da Companhia de Jesus no Rio Grande do Sul. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, Livraria do Globo, n. 8, p. 97-101, mar. 1947.
- PARANHOS ANTUNES, Deoclécio de. **Limites e povoamento do Brasil Meridional**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Anais da Província de São Pedro**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. (Documenta, 11)
- PINTO, Paulo Estivalet-Flores. A Saga Açoriana na conquista das Missões. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 307-320.
- PORTO, Aurélio. **Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edit. Minuano, 1936/37. 1º vol.
- POSSAMAI, Paulo Cesar. **O cotidiano da guerra: A vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)**. Tese de doutorado. USP, 2001. (versão revisada, digitada)
- QUEIRÓZ, Maria Luiza Bertuline. **A vila de Rio Grande de São Pedro – 1737-1822**. Rio Grande: Edit. da FURG, 1987.
- RODRIGUES, José Damião, MADEIRA, Artur Boavida. A emigração para o Brasil. As levas de soldados no século XVIII. In: Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre Ocidente e Oriente. CONGRESSO INTERNACIONAL COMEMORATIVO DO REGRESSO DE VASCO DA GAMA A PORTUGAL. **Actas...** Ilhas Terceira e São Miguel (Açores): Universidade dos Açores/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 11 a 18 de abril de 1999, 2 v. (v. 2: p. 111-130)
- RODRIGUES, José Honório. **O continente do Rio Grande**. Rio de Janeiro: Edit. São José, 1954.
- _____. **O Continente do Rio Grande (1680-1807)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Tudo é História, 111)
- ROSA, Othelo. Formação do Rio Grande do Sul. In: **Fundamentos da cultura rio-grandense**. Segunda Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1957. p. 13-30.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edit. da Univ. de São Paulo, 1974. (1. ed.: Rio de Janeiro: Ariel, 1935)

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo. 13 v.
- SPALDING, Walter. **Gênese do Brasil-Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1953.
- VARELLA, Alfredo. **Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica**. Porto Alegre: Echenique, 1897.
- _____. **As Guerras Cisplatinas**. Porto: Livraria Chardron, 1915.
- VELLINHO, Moysés. O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. In: **Fundamentos da cultura rio-grandense**. Segunda Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1957. p. 47-66.
- _____. Formação histórica do gaúcho rio-grandense. In: **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964.
- _____. **Capitania d'El-Rei; aspectos polêmicos da formação rio-grandense**. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1970. (1. ed. 1964)
- VIANNA, Oliveira. A conquista da planície platina. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, Livraria do Globo, n. 8, p. 7-12, mar. 1947.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979. (Caravela, 2)